

Os credores pressionam

Marielza Augelli
Especial para O Estado

Os bancos internacionais não vão renegociar com o Brasil para um reescalonamento de nossa dívida externa ou mesmo para novos empréstimos antes de se estabelecer um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional. A informação foi divulgada ontem pelo Wall Street Journal e, segundo este diário norte-americano, a decisão teria partido dos 14 bancos membros do conselho consultivo que representa os 600 credores do Brasil.

Praticamente toda a imprensa norte-americana voltou a comentar, ontem, a situação econômica do Brasil. Em todos eles, a notícia principal era de que o "drástico passo" dado pelo governo brasileiro foi responsável, anteontem, pela queda das ações de vários bancos norte-americanos na Bolsa de Valores de Nova York, num pregão que, segundo o jornal New York Times foi "selvagem e imprevisível". (Ver página 24).

Para o Wall Street Journal o FMI é visto como um intruso em nosso país, onde "o nacionalismo econômico é forte" e, foi exatamente

te por causa de desacordo sobre a maneira como lidar como o FMI que, segundo aquele jornal, o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, fora demitido. "Se os bancos começarem a retirar os créditos de curto prazo, estimados em US\$ 15 bilhões, em créditos e depósitos interbancários, a economia brasileira, provavelmente, iria entrar rapidamente em severa recessão, com sua produção de bens e serviços caindo em cerca de 10%", diz Peter Truell, que assina o artigo do Wall Street Journal.

Ao mesmo tempo, James L. Rower Junior, do jornal Washington Post, cita vários banqueiros norte-americanos preocupados com o precedente que o caso brasileiro abriria: "As negociações com o Brasil vão decidir o futuro das crises de dívidas latino-americanas", teria afirmado um alto executivo internacional de um dos maiores bancos multinacionais com sede nos EUA. Ele vai mais além, afirmando que os analistas políticos e banqueiros acreditam que o próximo estágio das crises com as dívidas latino-americanas seria "forçar os bancos a facilitar substancialmente os termos de pagamento da dívida".